

RESENHA

A história do Presídio Central e suas relações com as origens das facções

Samuel Malafaia Rivero¹

1. Doutorando em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (Upel). Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016). Possui graduação em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (2014). Advogado, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional RS. <https://orcid.org/0000-0002-4330-9687> **samuel.rivero@ucpel.edu**

DORNELLES, Renato. **Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS**. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2017.

O descaso do Estado, a negligência, a inoperância, a incivilidade na administração da questão penitenciária e as relações destas com a ascensão das facções criminais são questões já pontuadas e demonstradas em diversas pesquisas, a exemplo dos trabalhos de Dias e Manso (2018) e Feltran (2018). No entanto, uma obra escrita há mais de dez anos, foi reeditada em 2017 e continua apontando informações importantes sobre o início desse processo no território gaúcho. Publicado originalmente em 2008 pelo jornalista Renato Dornelles, o livro intitulado “Falange Gaúcha: o Presídio Central e a história do crime organizado no RS” analisa as complexas conexões do mundo do crime no Rio Grande do Sul desde meados dos anos 1960 até o início dos anos 2000. Partindo do pressuposto de que “a história do [Presídio] Central passou a se confundir com as de outras prisões e a do próprio crime no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina” (DORNELLES, 2017, p. 11), o

autor adota como pano de fundo para a sua “história do crime organizado no RS” o Presídio Central de Porto Alegre.

Hoje formalmente denominado Cadeia Pública de Porto Alegre, o Central, como ainda é conhecido, começou a ser construído em 1959 e foi, precariamente, inaugurado em 1962. Conforme outra reportagem, de autoria de Carla Ruas (2016), o objetivo desta unidade prisional era ser um complexo com “infraestrutura sofisticada”, que servisse de referência para outras unidades. Porém, o governo do estado só conseguiu tirar do papel uma parte do projeto proposto: cinco pavilhões com capacidade total para 660 presos. Com o passar dos anos, a superpopulação extrapolou os limites físicos das celas e a precariedade se agravou de tal forma que lhe rendeu o título de “um dos piores e mais insalubres presídios diligenciados pela CPI [do Sistema Carcerário]” (BRASIL, 2008, p. 154). Suas condições inclusive já foram denunciadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos¹. Atualmente, o complexo, que já teve seu fim decretado por inúmeros governos, tem capacidade de engenharia para abrigar 1.824 presos, mas abriga 4.386².

Escrito em forma de diário – o que torna a leitura mais ágil e, em algumas vezes, confere um certo ar de *thriller* policial –, o trabalho de Dornelles relata uma série de acontecimentos que marcaram a história recente do sistema prisional gaúcho, em especial, o da capital Porto Alegre. A leitura nos faz sentir frente a uma daquelas antigas máquinas de microfilme, percorrendo um grande número de reportagens com a vantagem de vê-las costuradas em uma coerente e perspicaz cronologia acompanhada de importantes análises sobre as mudanças que as organizações criminais gaúchas sofreram ao longo das últimas décadas: origens, expansões, desmembramentos, relações com a administração penitenciária.

1. Conforme notícia publicada pelo jornal Zero Hora em ENTIDADES denunciam condições do Presídio Central à OEA. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 de jan. de 2013. Disponível em: <<http://https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/01/entidades-denunciam-condicoes-do-presidio-central-a-oea-4006619.html>>. Acesso: 02 jun. 2018.

2. Conforme dados de agosto de 2018, da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.susepe.rs.gov.br>>. Acesso: 27 dez. 2018.

Ao longo desse trajeto de resgate histórico, a primeira evidência que salta aos olhos é que a precariedade do sistema prisional, além de ser uma realidade factual contemporânea, surpreendentemente já foi pior do que é hoje. Nesse sentido, a história da ascensão de um dos principais e mais marcantes líderes da criminalidade gaúcha – Dilonei Melara – é, talvez, um dos retratos mais pitorescos e inacreditáveis da debilidade da administração prisional no estado. Conta Dornelles que:

Em 11 de setembro de 1985, o ônibus número 344 do Expresso Caxiense saiu às 12h30min da rodoviária de Caxias do Sul com destino a Porto Alegre, com lotação completa. Ao fundo, no último banco, viajavam os agentes penitenciários José Carlos Batista dos Santos, 37 anos, e Jorge Luís Domingos, 29 anos, escoltando o preso Topo Gigio.

[...]

Por mais insegura e absurda que pudesse parecer, a prática de conduzir presidiários perigosos em ônibus era comum, pois os funcionários da Superintendência dos Serviços Penitenciários não recebiam recursos, como veículos, para realizar esse tipo de serviço. (DORNELLES, 2017, p. 41)

Pois sim, há pouco mais de 30 anos o transporte de presos no sistema prisional gaúcho era feito em ônibus de linhas intermunicipais comuns, carecendo das condições operacionais necessárias para esta finalidade e abundando naturalidade.

Seguindo o plano cronológico traçado pelo autor, o primeiro e mais grave problema estrutural que favoreceu o surgimento das facções criminais no estado foi a superlotação das casas prisionais. Tal era (e continua sendo) o caos que “as portas das celas ficavam permanentemente abertas, possibilitando aos detentos o livre trânsito pelos corredores. O local tinha capacidade para 660 presos, mas abrigava pelo menos o triplo. Por isso, em média, 30 homens dividiam cada uma das celas” (DORNELLES, 2017, p. 13). Esta situação deu origem a uma grande transformação arquitetônica do Presídio Central e, posteriormente, a mudança se estendeu a outras unidades onde efetivamente

deixaram de existir celas propriamente ditas e passaram a se multiplicar galerias superlotadas, controladas pelos presos.

O contexto de crise econômica dos anos 1980 foi acompanhado de uma elevação dos índices de criminalidade. Isso ajudou a promover a ascensão de “quadrilhas especializadas em assaltos a bancos, carros-fortes e empresas e no tráfico de drogas” (DORNELLES, 2017, p. 44). As quadrilhas agiam nas ruas, enquanto presos se mobilizavam e organizavam dentro dos presídios. Um sistema caoticamente precário e superlotado precisava de uma nova forma de gestão. Assim, desenvolveu-se um processo de co-gestão das prisões, onde presos e Estado precisavam se organizar para viabilizar a administração dos estabelecimentos penais. Dessa forma, o espaço das prisões foi administrativamente dividido da seguinte forma:

O lado externo recebia vigilância da Brigada Militar. Dentro dos muros, o controle era exercido por agentes penitenciários. No interior dos pavilhões, mandavam os presos. A guarda praticamente não entrava nas galerias. O contato entre a massa e os administradores era feito pelos chamados plantões de galerias, presos que gozavam de algumas regalias. (DORNELLES, 2017, p. 14)

Dentro desse complexo organograma administrativo, as relações ainda eram permeadas pelas diferenças e tensões que o ambiente impunha. Se entre os presos e os agentes estatais, as tensões são bem conhecidas, os vínculos entre os próprios agentes do Estado merecem uma atenção melhor. Dornelles destaca de forma bastante peculiar como se dava a relação entre os policiais e os agentes penitenciários, captada em um tenso diálogo ao longo de uma rebelião onde servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) estavam entre os reféns e a qual a polícia tentava pôr fim.

Do chão, mais de 300 integrantes do Batalhão de Choque atiravam em direção às salas [onde presos amotinados mantinham funcionários do presídio reféns]:

- Por favor, não atirem, nós somos colegas - gritava uma refém.
- Ninguém manda os guardas levarem armas para esses vagabundos – respondeu um dos policiais.
- Não somos colegas de corruptos – gritou outro.
- Lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos.
- Vocês recebem adicional por risco de vida, estão reclamando do quê? – gritavam os PMS, enquanto atiravam. (DORNELLES, 2017, p. 63)

Nesse contexto de superlotação, co-gestão e relações desordenadas, os presos se uniram e firmaram um pacto. Uma aliança tanto para garantir condições de sobrevivência, participando ativamente da administração das prisões, quanto para traçar planos de fuga e gerenciamento do mundo do crime extramuros. Em suma, Dornelles relata que o compromisso estabelecido pelos presos era o de que “aqueles que ganhassem liberdade, fosse através de fugas, fosse por algum benefício da lei, deveriam remeter dinheiro para dentro dos presídios” (DORNELLES, 2017, p. 15) para que os internos custeassem despesas com subornos, armas e drogas.

Essa nova aliança, como era de se esperar, não só gerou mudanças nas relações intramuros, como também impactou diretamente a vida além dos muros desta unidade prisional. As disputas não miravam só quem iria controlar as prisões e a “massa carcerária”, mas também “as redes de tráfico de drogas” que se estendiam fora do presídio (DORNELLES, 2017, p. 84).

Outro elemento importante, ainda pouco explorado, mas com potenciais efeitos na dinâmica do sistema prisional e das facções, é o jogo de transferências dos presos entre as diversas penitenciárias. Dornelles nos ajuda a compreender o fenômeno e, também, apresenta uma curiosa situação, pois seja como forma de restabelecer a ordem em presídios ou por exigência dos próprios presos, a prática das transferências se revela, sem dúvidas, como mais uma ferramenta de gestão do sistema.

Contudo, se em uma determinada dimensão, esta ferramenta conserta problemas pontuais, em outros aspectos ela favorece o intercâmbio entre os presos e as facções. Como destaca o autor, “presos que nele [no Central] aprenderam

as leis do cárcere, quando transferidos ou foragidos levaram as regras não-oficiais para outras prisões ou comunidades da periferia” (DORNELLES, 2017, p. 12), em um processo de aproximação e cooptação de novos “simpatizantes”, disseminação e expansão das facções criminais.

Dornelles apresenta um particular e interessante movimento nessa dinâmica de transferências. Trata-se de algo que provavelmente impactou a expansão e estruturação das facções criminais gaúchas e da região sudeste do país. Muito provavelmente, isto produz efeitos ainda hoje.

Segundo o autor, em 15 de janeiro de 2001, um telefonema deu início a uma complexa negociação entre o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa e o superintendente da SUSEPE-RS na época, Aírton Michels. O objetivo da negociação entre os dois estados era viabilizar a transferência de cinco presos do sistema paulista para o gaúcho. Furukawa justificava que “precisava retirar” (DORNELLES, 2017, p. 124) aqueles presos do seu estado. Entre eles, destacava-se Marcos Camacho, conhecido como Marcola, que ainda era uma importante liderança do PCC. Com a autorização do então secretário de Justiça e Segurança do RS, José Paulo Bisol, Marcola e os demais presos foram transferidos para o sistema prisional gaúcho, para a Penitenciária Modulada de Ijuí, localizada na região noroeste, a época sob a direção de Irine Koch (p. 124).

A relação entre os dois estados, é bom que se diga, já vinha de longa data. Em outro curioso acontecimento, Dornelles narra o episódio em que autoridades paulistas jogaram a responsabilidade de um motim ocorrido em São Paulo na conta do estado gaúcho.

Reunidos com o governador Orestes Quércia num gabinete do Palácio dos Bandeirantes, o secretário de Segurança, Luiz Antônio Fleury Filho, o secretário da Justiça, Sérgio Duarte Garcia e o juiz corregedor de presídios, Fábio Monteiro Gouveia, autorizaram a invasão da penitenciária. O resultado foi trágico: morreram 29 presos e um funcionário e dezenas ficaram feridos. As autoridades paulistas atribuíram o motim ao sucesso obtido pelos presos no Rio Grande do Sul (DORNELLES, 2017, p. 26).

Enfim, o acervo de acontecimentos reunidos por Renato Dornelles na “Falange Gaúcha...” é vasto. São anos de histórias do descaso do Estado, da negligência, da inoperância e da incivilidade na administração da questão penitenciária no Rio Grande do Sul. Histórias que anunciam e marcam de forma bastante premeditada o surgimento das facções criminais no estado. Uma fonte de fatos ainda muito atuais, que nos ajudam a compreender dimensões desse processo não só no contexto gaúcho, mas em todo o país.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (2008). **Relatório Final**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/sistema-prisional/relatorio-final-cpi-sistema-carcerario-2008>>. Acesso: 20 nov. 2018.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

RUAS, Carla. **Bem-vindo ao inferno do Presídio Central**. 2016. Online. Disponível em: <<http://riscafaca.com.br/comportamento/a-chave-do-casarao/>>. Acesso: 02 jun. 2018.

Recebido: 03/05/2020

Aceito: 09/06/2020